



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SCS - B Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 8º andar, CEP: 70308-200 Brasília/DF. Tel.:(61) 2027-3192/ 3344 –
E-mail: conanda@sdh.gov.br - Acesso: www.direitosdacrianca.gov.br

**PAUTA DA 266ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA
18 a 20 de outubro**

18/10 - Manhã

9h-12h - Reunião das Comissões Permanentes do Conanda

12h – 14h Intervalo para o almoço

18/10 - Tarde

Local: Sala Plenária – 10º Andar

14h00 – 14h15 - Abertura da Assembleia, aprovação da pauta e informes

14h15 – 14h35 – Apresentação da Campanha “OAB por uma Infância Livre da Publicidade Comercial” -0
Apresentação: Dra. Marié Miranda – Presidente da Comissão Especial de Defesa do Consumidor do Conselho Federal.

14h35 – 15h30 - Apresentação dos grupos temáticos

15h30- 17h10 - Relatoria da Comissão de Políticas Públicas – CPP

17h10-18h00 – Lançamento da Publicação “Diretrizes Nacionais para o Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua”, da Campanha Nacional Criança Não é de Rua.

19/10- Manhã

Local: Auditório do 8º Andar

09h00- 10h00 – Relatoria da Comissão de Orçamento e Finança - COF

10h00-12h00 - Relatoria da Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar - CDHAP

12h00-14h00 - Intervalo para o almoço

19/10 - Tarde

Local: Auditório do 8º Andar

14h00-15h30 – Relatoria da Comissão de Mobilização e Formação – CMF

15h30h – 18h00 – Comissão Organizadora da XI CNDCA

20/10 - Manhã e tarde

Reunião com o Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESUMO EXECUTIVO DA ASSEMBLÉIA

PARTICIPANTES

Conselheiros Titulares Presentes:

Governamentais:

Juliana - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

Manoela Dutra Macedo - Casa Civil

Kalid Nogueira - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Avelina Neta - Secretaria da Previdência do Ministério da Fazenda

Deuzinea Nogueira da Silva – Ministério do Trabalho e Emprego

Sociedade Civil:

Anna Beatriz Langue Peranovich Leite - Federação Nacional das APAES-FENAPAES

Catarina de Santana Silva - Fundação Fé e Alegria do Brasil

Edmundo Ribeiro Kroger - Centro de Educação e Cultura Popular

Francisco Rodrigues Correia – Federação Nacional Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas

Marco Antônio Soares - Central Única dos Trabalhadores - CUT

Romero Jose da Silva - Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente- ANCED

Vitor Benez Pegler - Instituto Tellus

Vitor Cavalcante de Sousa Valério – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Lacerda

Conselheiros Suplentes Presentes:

Governamentais

Claudio Luiz Pinheiro da Silva - Ministério do Esporte

Danyel Iório - Secretaria Especial de Direitos Humanos

Maria Yvelônia dos Santos Araújo Barbosa - Ministério do Desenvolvimento Social

Avelina Alves Lima Neta – Ministério da Previdência Social

Sociedade Civil:

Iolete Ribeiro da Silva – Conselho Federal de Psicologia

Demais Participantes:

Ana Claudia Castro - UNESCO/Conanda/SDH/MDH

André Lima - Conanda/MDH

Arlete Alves - Conanda/MDH

Cleide Duarte - Conanda/MDH
Jean Marcos- Conanda//MDH
Patrícia Arantes - Conanda/MDH
Verena Martins - Coordenadora-Geral do Conanda/MDH
Carolina Penna - MPF
Publius Rocha – COPEIJ
Mirian Santos – Salesiano
Ananias Ferreira – Colegiado Nacional
Ecio Almeida – CMDCA/SP
Lucas Lopes – Grupo Marista PR

Faltas justificadas:

Roberta Gomes Motta - Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços - ACM
Lucimara Cavalcante - Associação Internacional Maylê Sara Kalí
Renato Cesar Ribeiro Bonfim - Casa de Cultura Ilê Asé D' Osoguã – CCIAO
Wisley - MEC

1. Abertura, aprovação da pauta da 266ª Assembleia Ordinária:

O Vice-presidente do Conanda Professor Marquinhos faz abertura da 266ª Assembleia Ordinária, cumprimentando a todos presentes e dando ciência dos informativos disponíveis, como a pauta, os ofícios encaminhados, ele apresenta algumas alterações da pauta que e aprovada.

2. Informes:

O vice-presidente informa que a conselheira Deuzinea irá produzir uma nota de repúdio a portaria MT 1.129 e durante a assembleia irá apresentar à plenária, passa a palavra para o conselheiro Danyel Iório que irá trazer informações sobre a nova estrutura da secretaria. Ele informa que no dia 15 de outubro saiu a nova estrutura da Secretaria de Direitos Humanos, que revoga o decreto da antiga Secretaria incorporando alguns cortes de cargos. Em relação a estrutura ficamos com seis coordenações e quanto ao pessoal o corte foi pequeno e temos alguns cargos em aberto. Houve mudança na diretoria, ficando Danyel Iório nomeado como diretor e a diretora Fabiana Gadelha assumiu a Diretoria em outra secretaria. Na SNDCA foi nomeada a Sr.ª Berenice Maria Giannella.

Com relação a estrutura do Conanda, com a vacância do cargo de presidência por parte do Poder Executivo assume a presidência o vice presidente, Professor Marquinhos cumprindo o que consta no Regimento Interno do Conselho, pois por falta menos de 6 meses para o termino do mandato assume o vice presidente e no início do ano ocorrera uma nova eleição com indicação da sociedade civil.

O conselheiro Romero pede para deixar registrado que para a política de defesa dos direitos das crianças e adolescentes essa troca frequente de secretaria e muito prejudicial para a política da infância e compromete as ações do Conanda.

O presidente do Conanda professor Marquinhos agradece a todos e pede colaboração para continuar, menciona os servidores que devido a transição se dedicaram para a assembleia acontecer mesmo na incerteza não negaram esforços. Já fez contato com a secretaria Berenice que já está fazendo incidência em alguns temas como no caso da maior idade penal com parlamentares para que esse tema não prospere Ele menciona a reunião do Forum Nacional DCA que está ocorrendo no Hotel San Marco e que a Secretaria Executiva Marcia faz questão se sua presença na abertura então com a concordância de todos estará se deslocando o conselheiro Edmundo assume os trabalhos juntamente com o conselheiro Danyel até ele retornar.

A conselheira Glicia dá um bem vindo aos representantes da OAB e traz como informes que encaminhou relatório a todos os conselheiros sobre o I Seminário Internacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e contrabando de Migrantes que ocorreu no Rio de Janeiro dos dias 18 à 20/09/2017. No seminário havia a possibilidade de acontecer a reunião do CONATRAP, mais por força do decreto ter passado por problemas na renovação do mandato as entidades da sociedade civil entenderam que se permanecessem estariam ilegais e não permaneceram, porem e um momento crítico devido a elaboração do plano sobre tráfico de pessoas. Ela questionou a participação no Conanda na elaboração do plano e esse tema será pauta da CPP então ela sugere trabalhar para não ter a surpresa de ver esse plano elaborado e publicado sem a participação do Conanda.

A conselheira Deuzinea representante do Ministério do Trabalho traz um informe sobre a nova portaria ditada pelo Governo que tem causado grande rebuliço não só no Ministério do Trabalho mais também na Imprensa Nacional e Internacional. A auditoria está perplexa com tamanha ousadia do atual Governo a qual ela sabe que faz parte porem com a consciência tranquila por ser uma auditora fiscal do trabalho e por ter uma atividade típica de Estado e diz se sentir à vontade para falar sobre essa questão da violação dos Direitos Humanos. A revogação da portaria nº 4 que foi em parceria com Ministério da Justiça através da CONATRAE não poderia ser revogada da forma que foi alterada, isso sem a participação da Secretaria de Inspeção do Trabalho. Sendo necessário travar uma luta pois a questão do trabalho escravo não afeta somente o adulto afeta também os adolescentes que são resgatados do trabalho escravo.

A conselheira Iolete relata que em 14 de setembro representou o Conanda em uma reunião na diretoria do mecanismo Nacional de Prevenção e Combate ao Tortura que tratou de estratégia de tortura relacionadas a adolescente LGBT nas unidades socioeducativas e quer compartilhar algumas informações pois consta no relatório do mecanismo e se tomam demandas para o Conanda.

Primeira e o espaço destinado a privação de liberdade: ausência de privacidade com banheiros sem portas e entradas em qualquer horário, restrição de acesso a água e a produtos de higiene básica como por exemplo absorvente que são entregues um a uma causando muito desconforto. Entradas não anunciadas, ameaças, filmagens, e existe a troca de produtos por favores sexuais, revista vexatória nas adolescentes.

Em relação aos direitos sexuais e reprodutivos tem a questão de gestantes de risco e casos de abortos sem atenção da saúde adequada, ameaça de parto desassistido, permanência de bebês nas unidades, suspende o médico porém logo após o parto promove o distanciamento da criança e da família e ausência de realização de visitas íntimas em alguns casos exigindo o comprovante de união estável, exames de saúde e não reconhecimento da união homoafetiva e proibição de manifestação de carinho em público. Isso e apenas uma síntese o relatório apresenta mais detalhes.

Recomendações que o mecanismo apresentou na reunião: Reformulação do plano Estadual Decenal de atendimento do sistema socioeducativo, regimento interno e manual de segurança com questões específicas de gênero, formação de servidoras e servidores com questões específicas, cumprimento de medidas distintas em espaços distintos com preferência da medida em meio aberto e remissão e garantia da convivência familiar e comunitária, separação dos espaços de acordo com plano pedagógico que use critérios de gênero e orientação sexual, unidades femininas atendam as demandas das adolescentes por agentes mulheres, abolição das revistas vexatórias, não internações e adolescentes gestantes e com filhos, portaria dos direitos LGBT e garantia do direito a visita íntima.

Demandas para o Conanda: Condicionar o recebimento do fundo ao cumprimento das recomendações do mecanismo em relação às questões de gênero, estabelecer diretrizes para política de atendimento à infância e adolescência que contemple a perspectiva de gênero, estabelecer regras mínimas para as unidades socioeducativas na questão de gênero, garantir o uso do nome social no Sinase e incluir a temática de gênero da formação de socioeducadores.

3. Apresentação da Campanha “OAB por uma Infância Livre da Publicidade Comercial” -0 Apresentação: Dra. Marié Miranda – Presidente da Comissão Especial de Defesa do Consumidor do Conselho Federal.

Com a fala a Dra. Marié Miranda – Presidente da Comissão Especial de Defesa do Consumidor do Conselho Federal agradece o convite e a oportunidade está no conselho lançando a campanha “OAB por uma Infância Livre da Publicidade Comercial”, ela relata já está trabalhando nessa campanha a um tempo juntamente com Gabriel Tonazete presidente da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor da Seccional Rondônia da Ordem dos Advogados do Brasil quem trouxe a ideia da campanha para a comissão. Mesmo a campanha sendo direcionada à criança como a comissão trabalha para formar cidadãos conscientes em relação ao consumo, e observando a influência que as propagandas, televisão e internet tem sobre as crianças achamos muito importante essa campanha. Houve uma certa resistência porém levamos ao Conselho Federal onde contamos com o apoio da conselheira Glicia e conseguimos aprovação por unanimidade. Esperamos que tenhamos um grande alcance com essa campanha e que traga bons resultados e que todas as entidades como Conanda ajude a divulgar e fazer essa campanha crescer. Ela agradece a passa para o Dr. Gabriel Tonazete que cumprimenta a todos e fala da importância de

ênfatizar essa campanha tem um significado muito grande por ser um tema que afeta toda sociedade brasileira pedimos que esse conselho apoie da maneira que for possível que some conosco, pois certamente virão críticas pois o poder econômico é muito forte e por isso a importância de somarmos forças e falarmos a mesma língua. A conselheira Thais agradece pela apresentação da campanha na assembleia e como representante do Instituto Alana fica feliz em ver que esse acontecer e que isso possa fortalecer a defesa dos direitos das crianças também nessa pauta de publicidade infantil a aproveitando o tema será distribuído um material produzido pelo Instituto Alana que tem o intuito de entender quais são os impactos econômicos da proibição da publicidade infantil no Brasil. Ele é baseado na resolução 163 do Conanda, código de defesa do consumidor.

Deliberações/Encaminhamentos:

1. Com a vacância do cargo de presidência por parte do Poder Executivo assume a presidência o Professor Marquinhos, cumprindo o que consta no RI do Conselho;
2. Elaboração de uma nota de repúdio a portaria MT 1.129;
3. Encaminhar a Nota para o Ministério do Trabalho, Casa Civil, Sindicato dos Auditores fiscais, PGR, CNAS, OIT, TST, ANAMATRA, FNPETI, CONAETI, AOB, Associação brasileira dos advogados trabalhistas, CNDH, Procuradoria Geral dos Direitos do Cidadão.
4. SE/CONANDA deverá fazer um memorando para a CGSINASE com os encaminhamentos: Condicionar o recebimento de recursos do fundo ao cumprimento das recomendações do MNPCT; Estabelecer diretrizes para a política de atenção à infância e adolescência que contemple a perspectiva de gênero; Estabelecer regras mínimas para as unidades socioeducativas nas questões de gênero; Garantir o uso do nome social no SINASE; e Incluir a temática do gênero na formação de socioeducadores.

4. Apresentação do Calendário 2018:

O conselheiro Danyel faz apresentação do calendário de reuniões para o próximo ano devido à necessidade de fazer reservas de salas com antecedências e a quantidade de conselhos a dificuldades de garantir salas a reserva terá que ser antecipada. Sempre na segunda semana de cada mês exceto em fevereiro devido ao carnaval. O conselheiro Edmundo menciona que houve a especulação para mudança dos dias de assembleia para quinta e sexta com a alegação que seria mais em conta hospedagem e passagens, mas após averiguação pode confirmar que é exatamente ao contrário fica mais elevado os valores, ficando assim sem possibilidades de mudança. O calendário é apresentado e aprovado por unanimidade.

5. Apresentação dos grupos temáticos:

O conselheiro Daniel faz apresentação dos grupos temáticos, e os coordenadores de cada grupo farão um breve relato do desenvolvimento desses grupos. Os grupos são de GT Sistema de Garantia dos Direitos, GT Letalidade e GT Povos e Comunidades Tradicionais.

• GT LETALIDADE:

Composição: Catarina de Santana e Silva, Romero José da Silva, Francisco Rodrigues Correa, Vitor Benez Pegler, Danyel Iório, Wisley João Pereira, Carolina Helena Micheli Velho, Eduardo Nepomuceno, Deuzinea Nogueira da Silva.

O coordenador do GT Romero relata que nesse primeiro encontro não foi possível garantir a presença dos convidados que estavam no planejamento. Com a presença da Isabele Vitral do Ministério da Saúde, Eduardo Justiça, Daniel Secretária de Proteção, Natalia da Secretária Nacional de Juventude do movimento Juventude Viva que foi muito importante pode vir a ser tornar um plano ou uma ação. Encaminhamentos para próxima reunião nós fechamos convidar representante Ministério da Saúde, professora da UPIS com conhecimento na área e nos trará dados sobre o índice de homicídios no Brasil, definir o produto desse GT.

• GT SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS:

Composição: Jimena Djauara Nunes Grignani, Edmundo Kroger Ribeiro, Marco Antônio Soares, Danyel Iório, Juliana Maria Fernandes Pereira, Maria Yvelônia dos Santos Araújo Barbosa, Kalid Nogueira Choudhury, Jacirene Gonçalves Lima.

A coordenadora Jimena relata que cumprindo o planejamento da reunião anterior acompanharam a apresentação do SUAS para análise. O GT se propôs a fazer a análise de algum sistema para após poder desenhar melhor a proposta de revisão da resolução. Viram além do SUAS e o SENAPIR, propostas de reforma política no Conanda o que é direcionado ao sistema de garantia de direitos. A convidada permanente Dra. Eufrásia Maria S. das Virgens Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro Coordenadora da Comissão de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do CONDEGE fez uma boa contribuição com os trabalhos. O produto desse GT é uma minuta de revisão resolução 113 que passará por esse pleno.

• GT POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS:

Composição: Lucimara Varanis Cavalcante, Antônio Lacerda Souto, Glicia Thais Salmeron de Miranda, Thiago Stein de Melo e Souza, Jorge Adolfo Freire Silva, Gabriela Cruz da Silva, Claudio Luiz Pinheiro da Silva.

O conselheiro Lacerda relata que no início houve grande dúvida de quais povos tradicionais iriam trabalhar foi avaliado o marco legal, e temos que ouvir os povos e comunidades tradicionais para

enriquecer o nosso trabalho, e necessário realizar um evento com representantes dos povos tradicionais para ouvir suas necessidades. A conselheira Glicia pede levantamento se já existia nos planos anteriores algum evento para escuta dessas comunidades na CPP, pois ela diz não se sentir à vontade para trabalhar com base somente no seminário realizado pela SNDCA. Pede para fazer levantamento dos planos decenais Estaduais para análise.

6. Relato das comissões:

a. Comissão de Políticas Públicas: CPP

Coordenadora: Conselheira Juliana Maria Fernandes Pereira

Relatora: Conselheira Catarina de Santana Silva

Principais pontos abordados:

a) Acesso e permanência ampliados à educação básica a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social:

A conselheira Catarina relata que a comissão trabalhou poucos pontos de pautas, porém longos como a pauta da bolsa família que foi bem denso. Contaram com a participação de um representante do MEC e do MDS que trouxeram muitas informações que iremos compartilhar posteriormente, entre elas um dado muito importante e que acompanham 17 milhões de crianças e adolescentes que recebem bolsa família nas escolas isso e um pouco mais de 50% do total de beneficiados. Eles fazem um recorte regional e estadual com base no CAD único falam dos serviços de redes que começam na escola porém há envolvimento da saúde e assistência e da fragilidade de rede, pois muitas vezes essa intersetorialidade não funciona pois existe o serviço mais a escola não sabe o que fazer com o aluno que está em situação de vulnerabilidade social. O MEC juntamente com MDS tem projetos de oficinas estaduais para sensibilizar a escola em relação à bolsa família e esclarecimentos de como proceder em ocorrências que necessitam das redes de apoio e contam com a participação do Conanda em 2018 e a CPP irá solicitar aos Ministérios todo material existente para essas orientações. O conselheiro Manoel Torquato sugeriu que fosse solicitado ao MEC retome os trabalhos do grupo de trabalho para elaborar um protocolo para crianças em situação de rua com a participação do Conanda para auxiliar o retorno das crianças e adolescentes em situação de rua a escola, o foco e o retorno e a permanência na escola. A conselheira Sarah solicita que seja observado se exploração sexual de criança e adolescente no mercado de trabalho sexual e considerado na evasão escolar ou como trabalho infantil. Pois a população trans e muito explorada na faixa de 13 a 15 anos e isso contribui para evasão escolar. Os conselheiros poderão contribuir com a construção do ofício para o MEC solicitando a inclusão no CAD único de solicitações de informações mais específicas. O MEC irá lançar nos próximos meses o projeto trajetórias escolares, será lançada uma plataforma de

formação para os educadores e solicitamos que o MEC venha a plenária para apresentar a plataforma e o Conanda ajude na divulgação.

b) Aprendizagem Profissional:

A conselheira Catarina representa o Conanda no Forum Nacional de Aprendizagem e traz esse tema pois tem algumas pautas ocorrendo fora do Forum e o Conanda não está sendo convocado para participar, em conversa com os representantes do fórum da sociedade civil ficou combinado que iria fazer essa representação aqui. Ocorrerá no dia 07 de novembro uma audiência pública sobre a mudança na aprendizagem e a comissão irá nos convidar e temos que garantir essa participação. O Deputado Izalci Lucas que trata essa pauta e seria importante o Conanda ter uma audiência com ele no dia 6 de novembro com a indicação de Catarina e Francisco para acompanhamento e Deuzinea para apoio. Em relação a reforma do ensino médio o MEC veio porém as reuniões não foram produtivas e não esclareceu nossas dúvidas, devido a isso iremos solicitar audiência com o diretor da SETEC e o coordenador do ensino médio e diretor de currículos para buscar mais esclarecimentos.

c) Lei 13.438. Lei que torna obrigatória a adoção pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de protocolo que estabeleça padrões para a avaliação de riscos para o desenvolvimento psíquico das crianças.

A conselheira Iolete relata que representou o Conanda na oficina organizada pelo Ministério da Saúde que discutiu desenvolvimento da primeira infância no contexto da lei 13438 que foi aprovada em abril deste ano e entrará em vigor em 26 de outubro, lei que alterou o ECA inserindo um artigo que torna obrigatório de detecção precoce de risco psíquico na consulta pediátrica. O Conanda solicitou participação em um grupo de trabalho junto ao MS, porém não foi criado esse grupo realizado somente a oficina para esclarecimento sobre a lei. Como a lei se concretizou de forma repentina e sem o nosso conhecimento, temos que lutar para revoga-la, com um processo demorado temos que procurar amenizar os seus danos pois ele invés de invitar e produzir risco para saúde da criança. O Conanda terá que se esforçar e procurar meios para revogar essa lei. O presidente do Conselho sugere que a conselheira Iolete produza uma nota técnica discriminando onde a lei é prejudicial e uma proposta de nota para que o conselho explique porque é contrário a lei para eu possa ser aprovada na próxima plenária.

d) Leitura da minuta da Resolução de recomendação da implementação das diretrizes nacionais para atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua:

O conselheiro Manoel Torquato faz a leitura das alterações da minuta de recomendação da implementação das diretrizes nacionais para atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua, pois a minuta já passou pela avaliação dos conselheiros. O presidente abre a votação e a resolução é aprovada por unanimidade.

7. Lançamento da Publicação “Diretrizes Nacionais para o Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua”, da Campanha Nacional Criança Não é de Rua.

O conselheiro Manoel Torquato faz lançamento das Diretrizes Nacionais para o Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua”, da Campanha Nacional Criança Não é de Rua. Ele relata que para chegar a esse lançamento a campanha realizou 27 seminários Estaduais com participação de 150 pessoas em média em cada seminário e 5 seminários regionais. Em trabalho juntamente com a SNDCA e MDS que gerou 141 propostas para política pública e foi condensado em 64 diretrizes que foi entregue ao Conanda que aprovou a criação do grupo de trabalho que começou os trabalhos em agosto de 2015 até setembro de 2016. Aprovando 3 resoluções que estão postas nesse documento e o conselheiro fala da necessidade de implementar essas diretrizes na ponta.

Deliberações e encaminhamentos:

1. Participação do Conanda nos eventos estaduais a respeito do programa bolsa família na escola - reunião do MDS em conjunto com o MEC - Aguardar convite;
2. O Conanda apoiará os Ministérios da Saúde e Desenvolvimento Social na mobilização dos Conselhos Estaduais do Direito da Criança e do Adolescente;
3. SE/CONANDA deverá encaminhar ofício para os ministérios (MDS, MEC, SAÚDE, CULTURA, ESPORTE) para Solicitar a informações sobre as ações e atividades institucionais pertinentes ao enfrentamento a evasão e baixa frequência de CA vulneráveis nas escolas, bem como os dados que ensejaram essas informações (dados e metodologias aplicadas);
4. Solicitar ao MEC informações a respeito da criação e/ou existência de um GT de crianças e adolescentes em situação de rua, ressaltando as estratégias para que eles possam integrar a rede;
5. Solicitar ao MEC que apresente a plataforma do programa trajetória escolar na plenária do Conanda quando concluída.
6. Conselheira Catarina representa o conselho nas pautas da aprendizagem
7. Representação na pauta: 1) Catarina; 2) Beto 3) Deuziana;
8. Solicitar audiência, no dia 6 de novembro com o deputado Izalci Lucas;
9. Solicitar audiência com o diretor da SETEC, o coordenador do ensino médio e o diretor de currículos.

19/10/2017 - Segundo dia da 266ª Assembleia Ordinária

1. Abertura

A Presidente do Conanda Professor Marquinhos faz a abertura do segundo dia da 266ª Assembleia Ordinária, informa a alteração na pauta que iniciaram pela comissão organizadora da XI CNDCA.

2. Comissão Organizadora da XI CNDCA:

O conselheiro Lacerda coordenador da Comissão Organizadora da XI CNDCA inicia o relato da comissão já realizou duas reuniões e o resultado da primeira foi encaminhado para os conselheiros, a comissão organizadora recolhendo todos os resultados do encontro nacional conselhos Estaduais. Durante o encontro foi elaborado pelos conselheiros propostas de como deveria ser a XI CNDCA E A Secretaria Executiva do Conanda fez excelente trabalho de sistematizar todo resultado do encontro e passou para comissão, esse material e mais algumas contribuições de conselheiros será utilizado com referência para formação básica da XI CNDCA, algumas questões apontadas pelo encontro com os conselhos estaduais: A conferencia terá que ser ousada, criativa e mobilizadora, articular em rede , o tema central e os eixos precisam dialogar com os retrocessos na garantia de direitos e combate à violência centralidade dos debates para a construção das proposições é o desenvolvimento do local em que se realiza cada conferência, documento orientador precisa construir uma análise de contexto atual sobre o tema central e os seus respectivos eixos e também a trazer questões orientadoras para a partir da análise do contexto atual contribuir com a formulação de propostas e com o nível de responsabilidade pela sua implementação, em Municipal, Estadual, Distrital e Federal. Como propostas para o tema central destacamos a proteção integral, diversidade e enfrentamento a violência que ainda passara por esse plenário para explicar por que achamos esse tema mais apropriado e para votação.

O cronograma das Conferencias:

Conferencias Livres: Janeiro a abril de 2018;

Conferencias Municipais: Maio a novembro de 2018;

Conferencias Estaduais: Janeiro a junho 2019;

Conferência Nacional: Outubro de 2019.

O presidente do conselho apresenta o calendário ao plenário que o aprova e fica acordado que as contribuições para o documento orientador será enviado aos conselheiros e estipulados data para retorno das contribuições e a secretaria executiva irá fazer tramitação interna e enviar a comissão.

3. Resolução da Comissão Organizadora da XI CNDCA

O conselheiro Lacerda coordenador da comissão organizadora XI CNDCA faz a leitura da resolução da conferencia e após alguns ajustes e aprovada por unanimidade.

4. Continuação dos Relatos das comissões:

a) Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar /CDHAP

Coordenador: Avelina Neta
Relatoria: Jimena Grignani

1) Principais pontos abordados:

A conselheira Jimena inicia a relatoria destacando que a comissão por ter muitos temas sempre e prejudicada pela questão do tempo e não esgota toda pauta pois apenas 3 horas de comissão e insuficiente para os trabalhos principalmente nos acompanhamentos parlamentares. Se baseando no acompanhamento do Helio ou quando e provocado e que e selecionados as PEC ou PLS que são trazidos a plenária.

a) PL 5.850 - Convivência Familiar e da adoção:

Esse PL acelera o processo de adoção e destituição do poder familiar, dizendo que foi feito consulta pública ao Ministério da Justiça, foram sistematizadas as propostas com a participação da SNDCA e resultou num produto. Esse produto está em tramite no Senado onde se transformou no PLC 101/2017 que passara pela análise de três comissões, pela comissão de Assuntos Sociais foi aprovado e encaminhado para Comissão de Direitos Humanos que tem como relatora a Marta Suplicy. A CDHAP traz como encaminhamento insistir em uma audiência pública com a presença da CONATRAP para discursão de forma mais ampla, sugerimos também a elaboração de uma nota pelos conselheiros Romero e Glicia para aprovação na próxima plenária aprofundando mais no tema e por fim solicitar reunião com a relatora Marta Suplicy abordando esses temas transversais. Pois os riscos da aprovação de uma PL que acelera a destituição do poder vai favorecer outras violações de direitos. Devido ao tempo a nota passara pela mesa diretora e será aprovada na próxima plenária.

b) PEC 33 - Propõe a desconsideração da inimputabilidade do adolescente:

Este PEC foi rejeitado em 2014 e está tramitando novamente, com a apensamento do PEC 171, foi tirada de votação mesmo havendo a maioria para a desaprovação da PEC. Vai haver uma audiência pública, mas não tem data. Vai ser colocada na pauta dia 1º de novembro e uma expectativa que volte nessa data. Haverá uma reunião com ONGs, contrárias a essa proposta, para consolidação da agenda de incidência e avaliamos que mesmo em cenário mesmo que favorável à rejeição não podemos descansar e acompanhar. O Romero indicado para participar da reunião e devemos encaminhar um ofício da ministra de direitos humanos para sua base no congresso se posicionar contra esse PEC e solicitar uma reunião com a Senadora Gleisi Hoffmann por ser autora do requerimento de adiamento de 30 dias.

c) Comissão de Orçamento e Finanças - COF

Coordenador: Edmundo Ribeiro Kroger

Relatoria: Danyel Iório de Lima

Principais pontos abordados:

O conselheiro Danyel inicia a relatoria da comissão explicando o sobre alterações no edital publicado anteriormente para esse novo, por esse ser o primeiro edital após a legislação do MROSC (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil). Com o primeiro foi uma experiência, esse a comissão se preocupou melhorar e fazer um edital baseado com procedimentos e algumas regras bem melhores. O próximo terá 11 linhas com um projeto por linha e o critério de pontuação será aumentado as gradações para ter maior diferenciação entre os projetos, foram inclusas informações novas aprovados pela comissão de seleção, o lançamento do edital será com tempo mais amplo para captação e apreciação das propostas com a grande inovação que as fases classificatória e eliminatória foram divididas em duas partes. A primeira será verificada apenas alguns pontos das propostas e na segunda fase uma análise mais exaustiva pois no atual edital a análise foi exaustiva em todas as propostas e assim apenas alguns itens pode desclassificar a proposta. A previsão de lançamento e 23 de novembro de 2017 à 21 de fevereiro de 2018, com 90 dias para captação de propostas. O presidente do conselho coloca em votação do calendário anunciado que e aprovado por unanimidade. Segue a apresentação das linhas do edital, o conselheiro Danyel explica que são 5 eixos onde estão distribuídos os 11 projetos.

Os eixos são: Sistema de Garantia de Direitos, Enfrentamento das Violências contra Crianças e Adolescentes, Convivência Familiar e Comunitária, Participação de Crianças e Adolescentes e Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Após a apresentação surgiu muitos destaques qual será analisado todos. Devido ao tempo ficou acordado que os conselheiros ira encaminhar para secretaria executiva do Conanda sugestões para o plano de aplicações com o prazo estipulado para as contribuições. A Secretaria ira encaminhar as contribuições para COF que será votado na próxima assembleia.

Devido falta do tempo o segundo ponto que seria debatido ficara para o próximo mês refazer o plano de aplicação com a sobra do edital passado, visto que não temos coró não e possível a votação nesse momento.

Deliberações e encaminhamentos:

- 1) Não aprovação do plano de aplicação para ajustes no anexo II após vários apontamentos dos conselheiros
- 2) Encaminhar a todos os conselheiros o anexo II do Edital 002/20017 - Conanda/MDH, para contribuições até o dia 30/10/2017. Fluxo: SE/CONANDA - conselheiros - SE/CONANDA - COF).

5. Leitura das notas da Comissão de Políticas Públicas – CPP.

a) Nota de Repudio a Portaria 1129/2017:

A conselheira Maria Yvelonia faz a leitura da nota de repudio a portaria 1129/2017 do Ministério do Trabalho, a nota foi aprovada por unanimidade. Deliberaram para encaminhar para o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais, Casa Civil, Presidência da República, PGR, OIT, TST, ANAMATRA, OAB.

b) Relatório do mecanismo a respeito dos adolescentes LGBT:

A conselheira Iolete apresentou o relatório no dia anterior ficando pendentes alguns destaques que houve acordo de apresentar hoje para aprovação, ela não está presente devido a uma representação externa desse conselho nesse momento. O presidente do Conanda consulta se e de acordo de todos que ele faça leitura dos destaques e coloque para aprovação, todos concordam e após leitura aprova as recomendações por unanimidade.

b) Comissão de Mobilização e Formação – CMF

Coordenadora: Vitor Cavalcante

Relatora:

1) Principais pontos abordados:

O conselheiro Vitor Cavalcante faz a relatoria da comissão e explica a ausência da conselheira Lucimara que está em evento externo e solicitou que ele assumisse a coordenação da comissão e como não tem representante e nem relatoria do governo. A Secretaria executiva do Conanda informa que recebeu hoje a indicação da representante da Sepir que será relatora dessa comissão.

a) Avaliação projeto Caravanas:

O conselheiro Vitor Cavalcante destaca a presença da Flasco responsável pela organização da caravanas e relata que ao projeto iniciou em setembro com a primeira caravana na Paraíba na região Nordeste 1 que reúne os Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão que ocorreu em Setembro já tiramos algumas conclusões bem positivo desse processo e bem como o tema que foi levado e debates dentro de garantia de direitos que foi aprovado e a metodologia que foi utilizada e a importância da presença do Conanda de estar junto dos Estados. Houve alguns problemas de ordem logística e apoio do Estado que estava responsável por essa questão porém a Flasco já fez levantamento para soluções nas próximas caravanas. Na estrutura da caravana no primeiro dia pela manhã e realizado uma audiência pública para ouvir todos os autores de direitos e a tarde iniciaria o evento, verificamos com a atraso nesse primeiro encontro que isso é inviável o tempo e curto para essa formação por isso é necessário que a caravana seja de 3 dias e não 2, o que dá um impacto orçamentário o que já foi apresentado para a COF, e a divisão da região Nordeste em duas caravanas e a decisão de todos os participantes viajarem de transporte aéreo. A Flasco necessita do aumento de R\$ 200.000,00 para desenvolver essa ação que será votado no próximo mês no PRODOC. Seria realizado 2 caravanas

temáticas uma em dezembro da diversidade que seria colado com evento do MEC com indígenas, porem a Flacso fez levantamento de passagens para o período que seria o evento do MEC e os valores são altíssimo tornando inviável fazer em dezembro e para que não seja abordado só o tema indígenas a ideia e que não façamos mais o evento juntamente Com e MEC e passamos esse caravana para o início do próximo ano e amplie o número de participantes, pois não sendo mais junto com o MEC as passagens que eles financiariam ficam todas pela Flacso que requer um suporte financeiro maior. E outro ponto para votação e que devido ao curto prazo entre as caravanas seria necessário um pedido de inversão, a caravana do Rio Grande do Sul fosse antecipada para dezembro.

b) Alteração da Resolução nº 191/2017, e Edital de chamamento público dos segmentos sociais.

O conselheiro Vitor relata que tem alguns pontos na questão da comissão permanentes de adolescentes tem alguns pontos para serem deliberados e votados. A resolução 191 aprovada em junho de 2017 onde aprovava a participação de adolescentes no conselho nacional de crianças e adolescentes, dentre a composição do comitê que a primeira composição do CPA além dos 27 adolescentes indicados pelos Estados teria 10 adolescentes de grupos sociais diversos selecionados por meio de chamamento público pelo promovido pelo Conanda porem quando o edital fizemos o edital colocamos como se essa indicação fosse por fóruns, comitês, redes ou movimentos sociais. O texto do chamamento diverge do texto da resolução de participação e por isso não passou pela assessoria jurídica da secretaria por isso e necessário mudar a resolução pois o texto do edital contempla bem melhor. O conselheiro Vitor Cavalcante faz leitura da alteração necessária na resolução e o presidente coloca em votação que e aprovada por unanimidade.

c) Apresentação da metodologia de seleção dos adolescentes que serão selecionados na plataforma para compor o CPA.

O conselheiro Vitor Cavalcante continuando a relatoria da comissão traz a necessidade de aprovação de estratégias de escolha dos 10 membros da primeira escolha do CPA, o comitê gestor se reuniu fez estratégias e apresentou a essa CMF e após concordância trazemos para aprovação do pleno. Será apresentado a consultoria que nós ajudara no processos de escolha dos adolescentes representantes no CPA, com a palavra o consultor Ricardo Pop explica que o processo de construção conjunta com grupo gestor e CMF resultou na escolha do software livre empurrando juntos que a forma de participar na plataforma e muito simples onde o adolescente tem o contato com uma frase/pergunta que o adolescente tem opções de respostas onde ele ver grupos de opiniões e pode ver a participações de outros adolescentes, essa plataforma permite vários níveis de engajamento pois o participante tem a opção de voltar e participar com várias vezes.. E o desafio de a partir dessa participação eleger os 10 adolescentes que irá compor o grupo de 47 membros do CPA. Esse processo tem 2 etapas, a primeira exclusiva da plataforma que vai verificar o maior número de participação e de concordância que cada um recebeu cada comentário postado e serão selecionados 20 meninos e 20 meninas para segunda fase, importante destacar que qualquer

comentário de contrarie e não fira os direitos humanos não será aceito. Na segunda face será zerada a contagem e os participantes irão gravar um vídeo sobre o tema da conversa e serão selecionados os 5 meninos e 5 meninas que os vídeos obtiverem mais curtidas para compor os 10 escolhidos.

O conselheiro Edmundo demonstra preocupação em essa metodologia classificar somente aqueles adolescentes que vivem conectados as redes sociais e não adolescentes militantes na defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes e a conselheira Anna Beatriz se preocupa com a questão da acessibilidade nesse canal de comunicação que será utilizado. O conselheiro Vitor Cavalcante explica que no edital umas das exigências e que essa escolha seja por meio da internet e tem critérios que iram privilegiar justamente os que são militantes e com conhecimento da causa e quanto a acessibilidade no lançamento existe uma sensibilidade básica e como o projeto tem 1 ano de desenvolvimento que será feito melhorias futuras.

O presidente do Conanda coloca em votação a metodologia apresentada de seleção dos adolescentes que serão selecionados na plataforma para compor o CPA que e aprovada por 10 votos e 2 abstenções, o conselheiro Vitor Cavalcante agradece a apresentação feita pelo consultor Ricardo Pop e Henrique pelo trabalho desenvolvido e a comitê gestor passa para os pontos seguintes da comissão.

d) O tema de participação:

Continuando a relatoria o conselheiro Vitor Cavalcante relata que para o debate da plataforma virtual terá temas que serão debatidos pelos adolescentes e necessário a primeira proporção de temas será feita por aqui e a partir dos encontros os adolescentes desenvolveram quais temas serão debatidos. O comitê gestor pensou em proposta e passou para a comissão que discutiu que a escola dos 10 adolescentes te quem sair do tema de participação, conclusão da comissão com grupo gestor e que o tema será adolescente com voz ativa na adolescência. E colocado para votação é aprovado por unanimidade.

e) Mobilização das redes para inscrição dos adolescentes na plataforma:

Na questão de mobilização dos adolescentes junto ao Estados o conselheiro Vitor Cavalcante apresenta a consultora Monique que fara um trabalho junto as entidades que compõem o Conanda para que mobilizem suas redes para se inscrever na plataforma e que a plataforma terá que estar no ar no dia 30 de outubro. Será mobilizado os delegados da X CNDCA, G 38, conselheiros do Conanda, CDCAS, UNICEF, MEC. O contato será feito para que essas entidades passem o contato das suas áreas para a comunicação para a consultoria Ana Claudia disponibilizar material informativo sobre a plataforma.

Fica o apelo que os conselheiros passem para a secretaria executiva do Conanda como e feita a divulgação em suas redes locais.

Deliberações e encaminhamentos:

1. O tema da primeira conversa, que resultará na seleção de 10 adolescentes para compor o CPA, será “Voz Ativa na Adolescência”. A previsão de lançamento será 30/10/2017.
2. Solicita-se que as entidades que compõem o CONANDA mobilizem suas redes de adolescentes para se inscrever na Plataforma e que passem o contato das suas áreas de comunicação para Secretaria Executiva poder mobilizá-los e disponibilizar material informativo sobre a plataforma.
Fazer e-mail
3. SE/Conanda oficiará os CEDCAs sobre a possibilidade de receber o apoio da consultoria sobre a implementação da Resolução 191 e solicitando apoio das entidades que os compõem na mobilização de adolescentes para se inscrever na plataforma.
4. Pedir aos conselheiros os contatos da área de comunicação das entidades que representa no Conanda;
5. Resolução 191: Aprovação da metodologia da plataforma
6. Resolução 191: Aprovação da sobre a proposta de alteração da Resolução 191, para adequá-la ao Edital dos grupos sociais diversos.
7. Adiar a caravana da diversidade para que integre a agenda do Grupo Temático de povos e comunidades tradicionais. Com isso, propõe-se realizar a Caravana do Sul em dezembro, em substituição à caravana da diversidade. Aguardando retorno sobre o PRODOC para o início da mobilização.
8. Solicitação de acréscimo de R\$300.000,00 para as Caravanas (R\$200.000,00 para as Caravanas regionais e R\$100.000,00 para as Caravanas temáticas). Aguardando retorno

18h00: Encerramento da 266ª Assembleia Ordinária do Conanda.